**PROJETO DE LEI N**º **82/ 2013**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de**

**2014 e dá outras providências**.

**O Prefeito Municipal de Bebedouro,** usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1**º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e a execução da lei orçamentária anual **e** dispõe sobre as alterações na legislação tributária**.**

**Parágrafo único.** Além das normas a que se refere o caput**,** esta lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art**.** 169, § 1º, da Constituição Federal, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**CAPÍTULO II**

DAS METAS FISCAIS

**Art. 2º -** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2014 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrantes desta lei, desdobrado em:

**Tabela 1** - Metas Anuais;

**Tabela 2** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

**Tabela 3** - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios

Anteriores;

**Tabela 4** - Evolução do Patrimônio Líquido;

**Tabela 5** – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

**Tabela 6** – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos

Servidores;

**Tabela 6.1** - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

**Tabela 7** – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

**Tabela 8 –** Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**CAPÍTULO III**

DOS RISCOS FISCAIS

**Art. 3**º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do município.

**CAPÍTULO IV**

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Art. 4º -** A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**§ 1º** A reserva de contingência será fixada em no máximo 5% (Cinco por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

**§ 2º** Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada no todo ou em parte para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

**CAPÍTULO V**

DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

**Art. 5**º- Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2014.

**CAPÍTULO VI**

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

**Art. 6º -** Até trinta (30) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

**§ 1**º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

**§ 2**º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

**Art. 7º -** No prazo previsto no *caput* do artigo 6º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

**§ 1**º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

**§ 2**º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

**§ 3**º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

**§ 4**º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

**§ 5**º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos porcentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

**§ 6**º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 7**º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº101/2000.

**§ 8**º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

**CAPÍTULO VII**

DAS DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 8º -** Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

**§ 1**º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver: I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de

pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos artigos 29 e 29-A da

Constituição Federal.

**§ 2**º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I- no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição Federal; II- nas situações de emergência e de calamidade pública;

III- para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública; IV- para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V- nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

**CAPÍTULO VIII**

DOS NOVOS PROJETOS

**Art. 9**º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio Público.

**§ 1**º A regra constante do caput aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos conforme vinculações legalmente estabelecidas.

**§ 2**º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

**CAPÍTULO IX**

DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

**Art. 10 -** Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº

101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº.

8666, de 21 de junho de 1993.

**CAPÍTULO X**

DO CONTROLE DE CUSTOS

**Art. 11 -** Para atender ao disposto no art. 4º, I, “e”, da Lei Complementar Federal nº

101/00, os chefes dos Poderes, Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

**Parágrafo único.** Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

**CAPÍTULO XI**

DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

**Art. 12-** Observadas às normas estabelecidas pelo artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento à recomendação expressa de unidade competente da Administração.

**Parágrafo Único.** De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

**Art. 13.** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas às seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I- apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II- demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III- justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V- vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII – cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

**§ 1º** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, atenderão as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação e cultura.

**§ 2º** As contribuições somente serão destinadas as entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

**§ 3º** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº.

4320, de 17 de março de 1964, somente poderão ser realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direito e gratuito ao público.

**Art.14**- Visando à realização e ao atendimento de atividades estabelecidas nos programas governamentais do Município, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, para, em seu nome, prestarem serviços à população, em conformidade com estabelecido no art. 116 de Lei Federal nº 8.666/93.

**Art.15 –** As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

**Parágrafo único.** Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

**Art.16-** Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres, se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

**CAPÍTULO XII**

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

**Art. 17-** Nas receitas previstas na Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

**Art. 18-** O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I- instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II- revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III- modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e justa;

IV- aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

**Art. 19 –** A concessão ou ampliação de incentivo ou beneficio de natureza tributária da qual decorra renuncia de receita só serão promovidas se observadas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

**CAPÍTULO XIII**

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 20 -** O Poder Executivo poderá**,** mediante decreto**,** transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2014 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

**Parágrafo único** – A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais estabelecidos para os órgãos ou entidades extintas, transformadas, transferidas, incorporadas ou desmembradas.

**Art. 21** - Ficam autorizados, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, para melhor adequação e cumprimento das finalidades e metas programadas.

**Parágrafo Único.** As categorias econômicas e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

**Art. 22 –** As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

**Art. 23** - A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao

Executivo até o dia 30 de agosto de 2013.

**§ 1**º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal até trinta (30) dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2013 e 2014, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 2**º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo, serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de até três dias úteis contados da solicitação daquele Poder.

**Art. 24**- Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2014 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2013, a programação nele apresentada poderá ser executada para atendimento de despesas de caráter inadiável, observado o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do valor previsto em cada ação constante da proposta original encaminhada ao Poder Legislativo, até a sanção da respectiva lei.

**§ 1º** Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

**§ 2º** Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 3º** Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

**§ 4º** Ocorrendo à hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º

serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2014.

**Art. 25** – As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2014 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processadas, e para comprovação da aplicação dos recursos nas áreas da educação e da saúde do exercício terão validade até

31 de dezembro do ano subseqüente.

**Art. 26** – As metas e prioridade da administração municipal para o exercício de 2014 serão estabelecidas, excepcionalmente em relação a esse exercício, na lei que instituirá o Plano Plurianual 2014/2017, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo no prazo previsto na legislação competente.

**Art. 27 -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 23 de abril de 2012.

**Fernando Galvão Moura**

**Prefeito Municipal**

**“**Deus seja Louvado”

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 23 de abril de 2013. OEP/440/2013/is

Senhor Presidente;

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Cordialmente

**Fernando Galvão Moura**

**Prefeito Municipal**

**A Sua Excelência o Senhor Angelo Rafael Latorre Daolio Presidente da Câmara Municipal Bebedouro-SP.**

**“Deus seja Louvado”**

Anos de 2011 e 2012 em valores correntes; 2013 a 2016 em valores constantes a preços de 2013

2014

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II R$ milhares

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DISCRIMINAÇÃO | Realizado | | Valores constantes - projeção | | | |
| Arrecadado  2011 | Arrecadado  2012 | Reestimativa  2013 | Estimativa  2014 | Estimativa  2015 | Estimativa  2016 |
| RECEITAS CORRENTES  RECEITA TRIBUTÁRIA  Impostos  Imposto sobre a Prop. Predial e Territ.Urbana Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Imposto de Renda Retido na Fonte  Taxas  Pelo Exercício do Poder de Polícia  Pela prestação de serviços  Contribuição de Melhoria  RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES  Contribuições Sociais para o RPPS  Contribuição para Custeio da Iluminação Pública  RECEITA PATRIMONIAL  Receitas Imobiliárias  Receitas de Valores Mobiliários  Demais Receitas Patrimoniais Receita agropecuária Receita industrial  Receita de serviços  TRANSFERÊNCIAS CORRENTES  Transferências da União  Fundo de Participação dos Municípios Cota-parte do Imposto Territorial Rural Cota-parte do IOF/Ouro  Outras Transferências da União  Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir) Transferências do SUS  Transferência do Salário-educação (FNDE) Demais Transferências do FNDE Transferências do FNAS  Demais Transferências da União  Transferências dos Estados  Cota-parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv. Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores  Cota-parte do Imp.s/ Prod.Industr/Exportações  Transferência Financeira da CIDE Demais Transferências dos Estados  Transferências Multigovernamentais do FUNDEB Transferências de Instituições Privadas Transferências do Exterior  Transferências de Pessoas  Transferências de Convênios  Outras rec.correntes (exceto juros de emprést.) Juros de empréstimos concedidos  Dedução das receitas correntes (contrib. FUNDEB)  RECEITAS DE CAPITAL Operações de crédito ALIENAÇÃO DE BENS  Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis Receita de Privatizações  Amortização de empréstimos Transferências de capital Outras receitas de capital | 151.159  18.969  18.263  6.276  2.312  8.132  1.543  706  665  41  0  15.691  15.691  0  4.580  67  4.406  107  0  0  14.291  106.998  40.179  24.174  521  0  15.484  188  11.369  2.430  1.122  0  375  41.534  31.162  8.479  274  215  1.404  21.910  564  0  326  2.485  3.384  0  12.754  1.271  0  239  0  239  0  0  1.032  0 | 164.898  22.374  21.564  6.848  3.359  9.474  1.883  810  755  55  0  13.231  13.231  0  7.024  114  6.813  97  0  0  16.719  114.247  43.398  24.878  580  0  17.940  182  13.034  3.000  1.358  0  366  42.933  32.172  9.563  253  112  833  24.293  356  0  525  2.742  4.617  0  13.314  8.256  2.301  1.425  0  1.425  0  0  4.530  0 | 180.252  23.045  22.210  7.053  3.460  9.758  1.939  835  778  57  0  20.360  20.360  0  5.937  117  5.725  95  0  0  17.921  123.457  47.387  28.499  597  0  18.291  0  13.425  3.090  1.399  0  377  47.316  36.171  9.850  322  115  858  25.022  367  0  541  2.824  4.620  0  15.088  6.716  1.192  708  0  708  0  0  4.666  150 | 186.425  23.738  22.878  7.265  3.564  10.051  1.998  859  801  58  1  21.582  21.582  0  5.968  121  5.747  100  0  1  18.769  127.160  48.809  29.354  615  0  18.840  0  13.828  3.183  1.441  0  388  48.735  37.256  10.145  331  119  884  25.772  378  0  557  2.909  4.747  0  15.540  5.669  0  708  0  708  0  0  4.806  155 | 195.207  24.449  23.563  7.483  3.670  10.352  2.058  885  825  60  1  22.900  22.900  0  5.996  125  5.769  102  0  1  22.013  130.975  50.274  30.235  634  0  19.405  0  14.243  3.278  1.484  0  400  50.196  38.373  10.450  341  122  910  26.546  389  0  574  2.996  4.880  0  16.007  5.813  0  708  0  708  0  0  4.950  155 | 202.001  25.183  24.270  7.707  3.781  10.663  2.119  912  850  62  1  24.200  24.200  0  6.025  128  5.792  105  0  1  23.158  134.904  51.781  31.141  653  0  19.987  0  14.670  3.377  1.528  0  412  51.703  39.524  10.763  352  126  938  27.342  401  0  591  3.086  5.017  0  16.487  5.967  0  708  0  708  0  0  5.099  160 |
| Total geral das receitas | 152.430 | 173.154 | 186.968 | 192.094 | 201.020 | 207.968 |
| Receitas primárias advindas de PPPs | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

[MLDO](http://www.conam.com.br) Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

Anos de 2011 e 2012 em valores ccorrentes; 2013 a 2016 em valores constantes a preços de 2013

2014

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Bebedouro: As receitas arrecadadas dos exercícios de 2011 e 2012 foram extraídas dos

Balancetes Analíticos das Receitas Orçamentárias da Prefeitura e das Autarquias.

Exercício de 2013: Projetadas as receitas a partir dos Balancetes da Receita Orçamentária dos meses de janeiro, fevereiro e março.

Exercícios de 2014 a 2016: O município trabalha com um crescimento da receita própria de 5% a.a. As transferências constitucionais foram estimadas conforme parâmetros do PIB nacional 2011 e 2012 (valores constantes), obtido junto ao IBGE e dados da Fundação do sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro: A abertura de novos cursos de graduação permitirão um acréscimo de sua receita.

MLDO Receita - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Categoria Econ. e  Grupos de Nat. de Despesa | Realizado | | Valores constantes - projeção | | | |
| Empenhado  2011 | Empenhado  2012 | Reestimativa  2013 | Estimativa  2014 | Estimativa  2015 | Estimativa  2016 |
| DESPESAS CORRENTES  1 Pessoal e Encargos Sociais  2 Juros e Encargos da Dívida  3 Outras Despesas Correntes  DESPESAS DE CAPITAL  4 Investimentos  5 Inversões Financeiras Concessão de empréstimos Aquisição de títulos de  capital integralizado  Demais Inversões Financeiras  6 Amortização da Dívida  RESERVA DE CONTINGÊNCIA Para suplementações  Para cobertura de passivos contingentes  Capitalização do RPPS | 136.461  71.861  13  64.587  13.837  12.258  100  0  0  100  1.479  0  0  0  0 | 154.811  84.231  193  70.387  18.964  16.535  913  0  0  913  1.516  0  0  0  0 | 145.379  85.816  295  59.268  25.701  17.974  855  0  0  855  6.872  14.508  150  0  14.358 | 150.244  89.084  295  60.865  25.259  17.506  881  0  0  881  6.872  16.419  1.200  0  15.219 | 156.894  92.451  295  64.148  26.611  18.832  907  0  0  907  6.872  17.382  1.250  0  16.132 | 162.076  95.823  295  65.958  27.542  19.556  934  0  0  934  7.052  18.350  1.250  0  17.100 |
| **TOTAL GERAL DA DESPESA** | 150.298 | 173.775 | 185.588 | 191.922 | 200.887 | 207.968 |
| Despesas primárias advindas de PPPs | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

[MLDO](http://www.conam.com.br) Despesa - Conam LTDA - www.conam.com.br

**Fonte e Notas Explicativas**

Prefeitura Municipal de Bebedouro: As despesas com Juros e Encargos da Dívida bem como Amortização da Dívida foram calculadas a partir das dívidas que a Prefeitura tem com os órgãos federais e municipais (SAAEB e SASEMB).

MLDO Despesa - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Especificação | Saldo em 31 de dezembro | | | | | |
| Realizado | | Valores constantes - projeção | | | |
| 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) Dívida Mobiliária Dívida Contratual  Precatórios posteriores a 5.5.2000  Dívidas confessadas, parceladas ou não parceladas  De tributos  De contribuições sociais Previdenciárias - INSS Previdenciárias - RPPS  Demais contribuições - Pasep  Do FGTS  Demais dívidas, ainda que não confessadas  DEDUÇÕES (II)  Ativo Disponível  Haveres financeiros  Empréstimos e financiamentos  Outros créditos  (-) Restos a Pagar processados  DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II) RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)  PASSIVOS RECONHECIDOS (V)  DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) - (V) | 18.479  0  587  3.343  1.578  0  1.578  1.527  0  51  0  12.971  ----  14.761  0  0  0  15.688  18.479  0  1.578  16.901 | 20.414  0  2.014  3.755  1.916  0  1.916  1.879  0  37  0  12.729  ----  17.007  0  0  0  25.395  20.414  0  1.916  18.498 | 25.086  0  1.438  3.769  7.622  0  7.622  1.597  6.004  21  0  12.257  ----  18.368  0  0  0  21.746  25.086  0  7.622  17.464 | 22.462  0  863  3.351  6.741  0  6.741  1.314  5.424  3  0  11.507  1.547  20.097  0  0  0  18.550  20.915  0  6.741  14.174 | 20.045  0  287  2.933  6.049  0  6.049  1.204  4.845  0  0  10.776  6.031  21.889  0  0  0  15.858  14.014  0  6.049  7.965 | 17.919  0  0  2.515  5.360  0  5.360  1.094  4.266  0  0  10.044  10.503  24.061  0  0  0  13.558  7.416  0  5.360  2.056 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Especificação | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes  RESULTADO NOMINAL - Valores Correntes | 1.597 | -1.034 | -3.290  -3.448 | -6.209  -6.800 | -5.909  -6.763 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

[MLDO](http://www.conam.com.br) dívida - Conam LTDA - www.conam.com.br

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Bebedouro: As amortizações das dívidas foram calculadas de acordo com cada contrato. A Prefeitura tem contrato de financiamento com o BNDES, precatórios judiciais e dívidas confessadas parceladas com a Receita Federal do Brasil (INSS e PASEP), com o SASEMB e o SAAEB.

Previsto uma redução de 15% a.a. no estoque dos Restos a Pagar.

MLDO dívida - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

**Município de BEBEDOURO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014**

PARÂMETROS DE REFERÊNCIA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Inflação | | |
| Ano | Variação média anual  % | Fator  (2013 = 1.0000) |
| 2011  2012  2013  2014  2015  2016 | 6.64  5.40  6.24  4.81  4.50  4.50 | 0.8930409  0.9412651  1  1.0481  1.0952645  1.1445514 |

**Nota:** Índice adotado IPCA/IBGE.

R$ milhares

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PIB do estado de São Paulo | | |
| Ano | Valores Estimados | |
| Constantes | Correntes |
| 2011  2012  2013  2014  2015  2016 | 1.535.581.744  1.548.171.442  1.597.712.995  1.645.644.385  1.695.013.717  1.745.864.132 | 1.371.337.303  1.457.239.747  1.597.712.995  1.724.799.880  1.856.488.351  1.998.231.237 |

**Metodologia de Cálculo:**

a) As taxas de inflação de 2011 e 2012 correspondem à variação entre o índice médio do IPCA do ano em relação ao índice médio do ano anterior. Para 2013 empregou-se, na determinação da média anual, projeções atuais efetuadas pelo mercado, compatíveis com as expectativas do Governo Federal. Para 2014 a 2016 considerou-se as metas atuais de inflação utilizadas pelo CMN, de 4,5% (centro da meta), medidas no acumulado de janeiro a dezembro, a partir das quais obteve-se a variação média anual do IPCA.

b) PIB Nacional de 2011 e 2012 (valores correntes) obtido junto ao

IBGE.

Para os demais anos empregou-se um crescimento real de 3.2% em 2013 e de 3,0% em cada um dos anos de 2014 a 2016.

c) PIB estadual fixado com base nos dados fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), referente a 2010, com participação do Estado de São Paulo no PIB nacional de 33,10% ( PIB-pm São Paulo Valor Corrente de R$ 1.247.596.000 mil / PIB-pm Nacional Valor Corrente de R$ 3.770.085.000 mil).

MLDO Inflação - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Passivos Contigentes | | Providencias | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 200 | Redução das despesas | 200 |
| Discrepância de Projeções | 100 | Redução das despesas | 100 |
| Demandas Judiciais | 1.000 | Ordem Tributária e Previdenciária | 1.000 |
| Dívidas em processo de reconhecimento | 10.000 | Ações da Receita Federal do Brasil | 10.000 |
| Frustração de Arrecadação | 5.000 | Queda na arrecadação de transferências constitucionais | 5.000 |
| Assistências Diversas | 5.000 | Catástrofes | 5.000 |
| Demandas Judiciais | 25 | Apuração de erros e responsabilidades tanto de empresas e funcionários, onde geram indenizações ou restituições judiciais | 25 |
| Discrepância de Projeções | 500 | Maior controle na elaboração de projetos de engenharia para diminuir eventuais perdas e aditivos contratuais | 500 |
| Total | 21.825 | Total | 21.825 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

**Fontes e notas explicativas:**

MLDO ARF - Riscos Fiscais - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

Prefeitura Municipal de Bebedouro: A Prefeitura defende recursos para redução de valor de multa previdenciária lavrada por duas inspeções "in loco" da

Receita Federal do Brasil, como também por valores não recolhidos do PASEP na gestão 2001 a 2004.

**Fontes e notas explicativas:**

Serv.Assist.Func.Serv.Munic. Bebedouro - SASEMB: Não há lançamentos para o período

[MLDO](http://www.conam.com.br) ARF - Riscos Fiscais - Conam LTDA - www.conam.com.br

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R$ milhares

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CONSOLIDADO | | | | | | | | | |
| Especificação | 2014 | | | 2015 | | | 2016 | | |
| Valor corrente  (a) | Valor constante | % PIB  ((a) / PIB) x 100 | Valor corrente  (b) | Valor constante | % PIB  ((b) / PIB) x 100 | Valor corrente  (c) | Valor constante | % PIB  ((c) / PIB) x 100 |
| Receita total | 201.333 | 192.094 | 0,0117 | 220.170 | 201.020 | 0,0119 | 238.030 | 207.968 | 0,0119 |
| Receitas primárias (I) | 194.568 | 185.639 | 0,0113 | 213.076 | 194.543 | 0,0115 | 230.590 | 201.468 | 0,0115 |
| Despesa total | 201.153 | 191.922 | 0,0117 | 220.024 | 200.887 | 0,0119 | 238.030 | 207.968 | 0,0119 |
| Despesas primárias (II) | 193.641 | 184.755 | 0,0112 | 212.174 | 193.720 | 0,0114 | 229.621 | 200.621 | 0,0115 |
| Resultado primário (III)=(I-II) | 926 | 884 | 0,0001 | 901 | 823 | 0,0000 | 969 | 847 | 0,0000 |
| Resultado Nominal | -3.448 | -3.290 | -0,0002 | -6.800 | -6.209 | -0,0004 | -6.763 | -5.909 | -0,0003 |
| Dívida pública consolidada | 23.542 | 22.462 | 0,0014 | 21.954 | 20.045 | 0,0012 | 20.509 | 17.919 | 0,0010 |
| Dívida consolidada líquida | 21.921 | 20.915 | 0,0013 | 15.349 | 14.014 | 0,0008 | 8.487 | 7.416 | 0,0004 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (IV) | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 |
| Despesas Primárias geradas de PPP (V) | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 |
| Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V) | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 |

**Fonte e Notas Explicativas**

Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2014.

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

MLDO tabela 1 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

**Município de BEBEDOURO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercíco Anterior**

2014

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I) R$ milhares

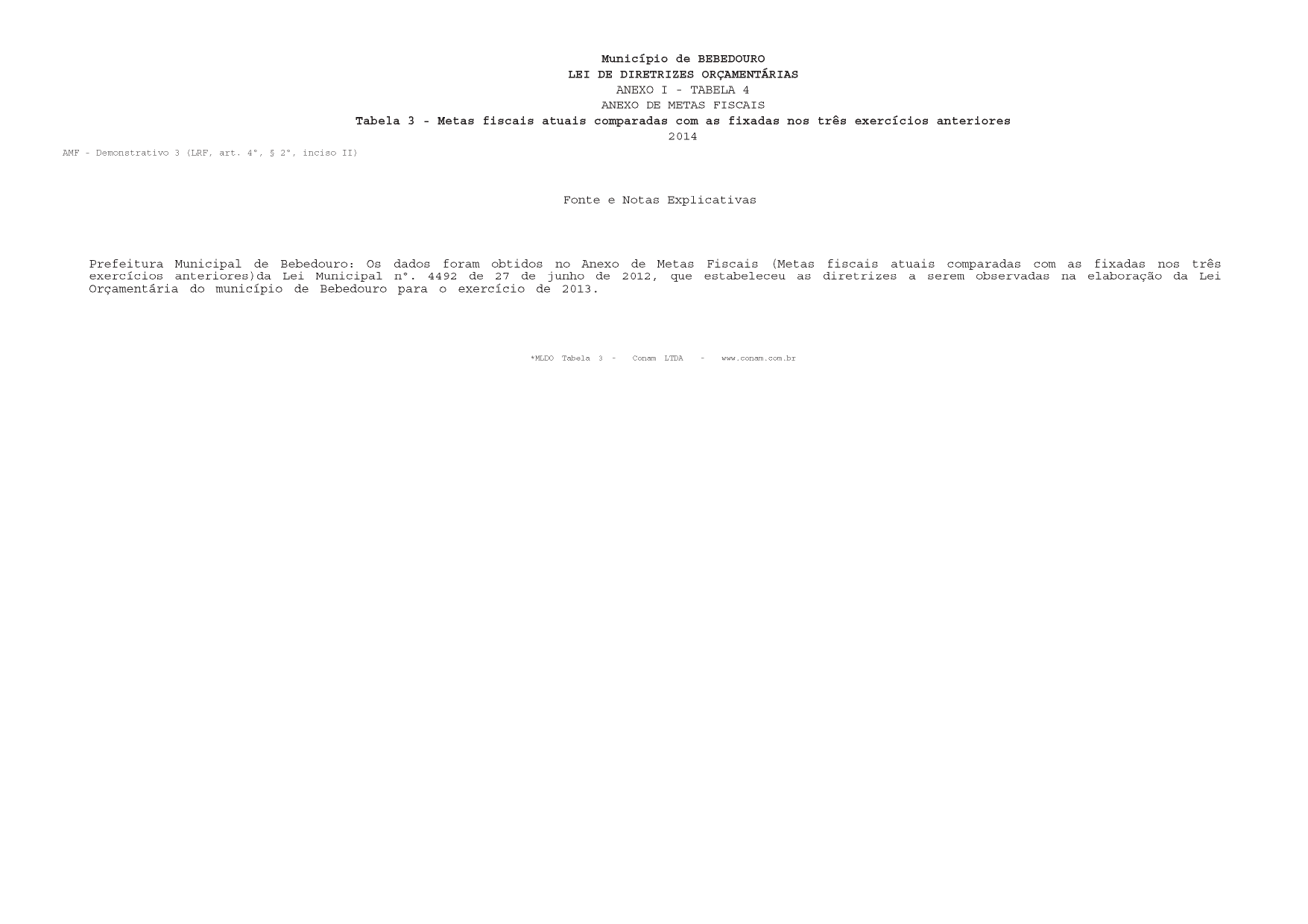
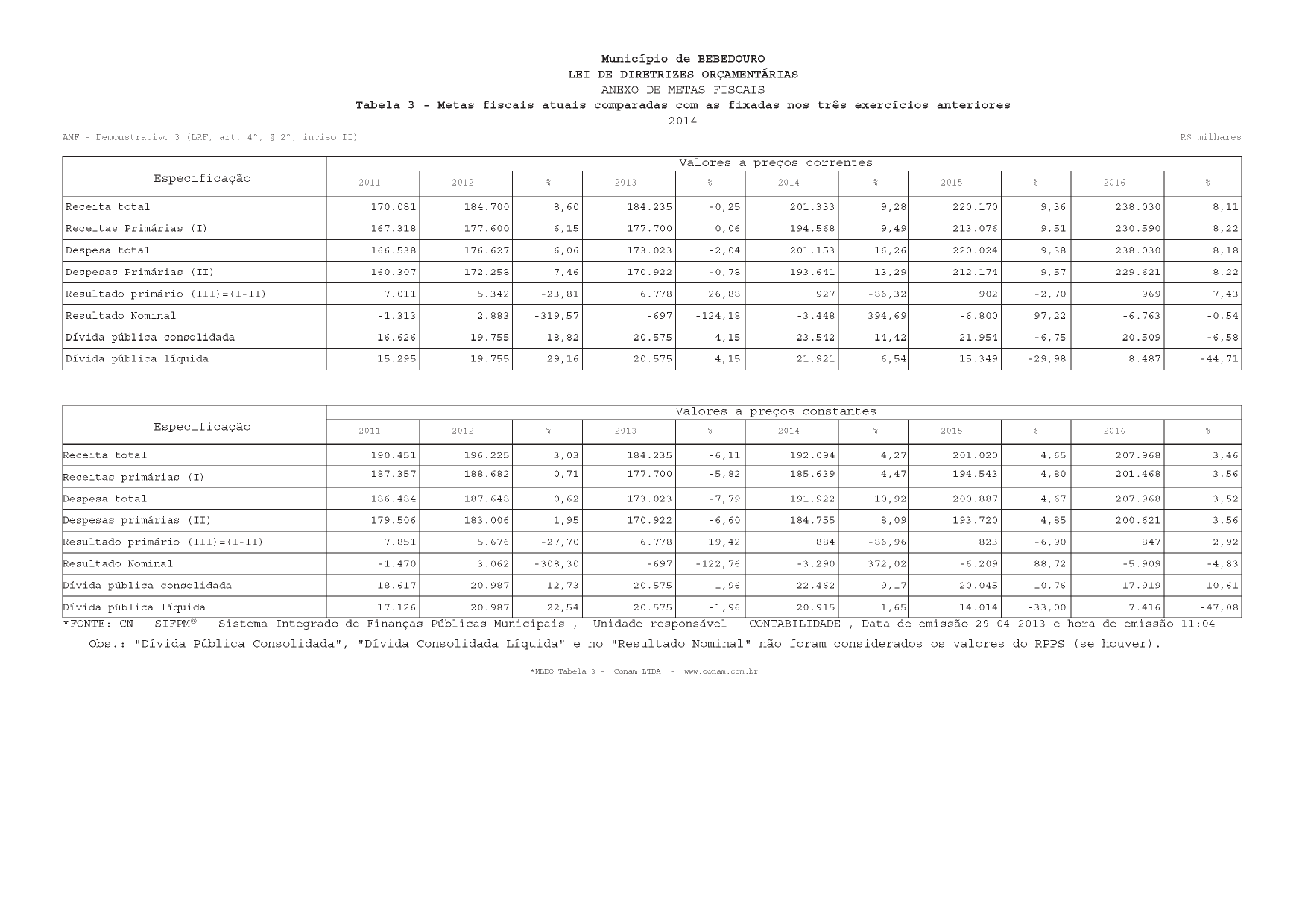
|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Especificação | Metas Pre- vistas em 2012  (a) | % PIB | Metas Realizadas em  2012 (b) | % PIB | Variação (II-I) | |
| Valor  (c) = (b-a) | %  (c/a) x 100 |
| Receita Total  Receita Primária (I) Despesa Total  Despesa Primária (II)  Resultado Primário (III)=(I-II) Resultado Nominal  Dívida Pública Consolidada  Dívida Consolidada Líquida | 184.700  177.600  176.627  172.258  5.342  2.883  19.755  19.755 | 0,0127  0,0122  0,0121  0,0118  0,0004  0,0002  0,0014  0,0014 | 173.154  164.040  173.775  172.066  -8.026  1.597  20.414  20.414 | 0,0118  0,0112  0,0119  0,0118  -0,0005  0,0001  0,0014  0,0014 | -11.546  -13.560  -2.852  -192  -13.368  -1.286  659  659 | -6,2512  -7,6351  -1,6147  -0,1115  -250,2434  -44,6063  3,3359  3,3359 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Bebedouro: Os dados foram obtidos no Anexo de Metas Fiscais (Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores)da Lei Municipal nº. 4492 de 27 de junho de 2012, que estabeleceu as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do município de Bebedouro para o exercício de 2013.

MLDO tabela 2 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)



**Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido**

2014

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ milhares

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário) | | | | | | |
| Patrimônio Líquido | 2012 | % | 2011 | % | 2010 | % |
| Patrimônio  Reservas  Resultado Acumulado | 55.458  0  0 | 100,00  0,00  0,00 | 34.030  0  0 | 100,00  0,00  0,00 | 36.329  0  0 | 100,00  0,00  0,00 |
| TOTAL | 55.458 | 100,00 | 34.030 | 100,00 | 36.329 | 100,00 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | | | |
| Patrimônio Líquido | 2012 | % | 2011 | % | 2010 | % |
| Patrimônio/Capital  Reservas  Resultado Acumulado | -178.908  0  0 | 100,00  0,00  0,00 | -150.981  0  0 | 100,00  0,00  0,00 | -99.035  0  0 | 100,00  0,00  0,00 |
| TOTAL | -178.908 | 100,00 | -150.981 | 100,00 | -99.035 | 100,00 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Bebedouro: Os dados foram obtidos nos Balanços Patrimoniais dos exercícios de 2010,

2011 e 2012.

MLDO tabela 4 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

**Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos**

2014

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ milhares

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Receitas Realizadas | 2012 (a) | 2011 (b) | 2010 (c) |
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) Alienação de Bens Móveis  Alienação de Bens Imóveis | 1.425  0  1.425 | 239  0  239 | 525  0  525 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Despesas Executadas | 2012 (d) | 2011 (e) | 2010 (f) |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) DESPESAS DE CAPITAL  Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida  DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS Regime Geral de Previdência Social  Regime Próprio de Previdência dos Servidores | 2.430  1.707  1.707  0  0  723  96  627 | 2.275  1.630  1.630  0  0  645  90  555 | 1.823  1.360  1.360  0  0  463  0  463 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Saldo Financeiro | 2012 | | 2011 | | 2010 |
| Saldo do Exercício Anterior |  |  | |  | 613 |
| VALOR (III) | -1.005 | | -2.036 | | -685 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Bebedouro: Os dados foram obtidos nas Demonstrações das Variações Patrimonais dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

Serv.Assist.Func.Serv.Munic. Bebedouro - SASEMB: Não há lançamentos para o período

MLDO tabela 5 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Receitas | 2010 | 2011 | 2012 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)  RECEITAS CORRENTES  Receita de Contribuições dos Segurados  Pessoal Civil  Pessoal Militar  Outras Receitas de Contribuições  Receita Patrimonial  Receita de Serviços  Outras Receitas Correntes  Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS Demais Receitas Correntes  RECEITAS DE CAPITAL  Alienação de Bens, Direitos e Ativos  Amortização de Empréstimos  Outras Receitas de Capital  (-)DEDUÇÕES DA RECEITA  RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES  Receita de Contribuições  Patronal  Pessoal Civil  Pessoal Militar  Para Cobertura de Déficit Atuarial  Em Regime de Débitos e Parcelamentos  Receita Patrimonial  Receita de Serviços  Outras Receitas Correntes  RECEITAS DE CAPITAL  (-)DEDUÇÕES DA RECEITA | 4.778  4.778  3.261  3.261  0  0  1.517  0  0  0  0  0  0  0  0  0  7.515  7.543  7.543  7.543  7.543  0  0  0  0  0  0  0  28 | 6.911  6.911  4.030  4.030  0  0  2.881  0  0  0  0  0  0  0  0  0  11.661  11.661  11.661  11.661  11.661  0  0  0  0  0  0  0  0 | 10.902  10.902  4.614  4.614  0  0  6.109  0  179  0  179  0  0  0  0  0  8.616  8.616  8.616  8.616  8.616  0  0  0  0  0  0  0  0 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II) | 12.293 | 18.572 | 19.518 |

|  |  |
| --- | --- |
| Despesas | 2010 2011 2012 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)  ADMINISTRAÇÃO Despesas Correntes Despesas de Capital  PREVIDÊNCIA Pessoal Civil Pessoal Militar  Outras Despesas Previdenciárias  Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS Demais Despesas Previdenciárias  DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) ADMINISTRAÇÃO  Despesas Correntes  Despesas de Capital | 7.021 8.358 9.516  506 267 722  489 238 710  17 29 12  6.515 8.091 8.794  6.217 7.749 8.794  0 0 0  298 342 0  0 0 0  298 342 0  0 0 0  0 0 0  0 0 0  0 0 0 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V) | 7.021 8.358 9.516 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI) | 5.272 | 10.214 | 10.002 |

|  |  |
| --- | --- |
| Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor | 2010 2011 2012 |
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS  Plano Financeiro  Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras  Recursos para Formação de Reserva  Outros Aportes para RPPS Plano Previdenciário  Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial Outros Aportes para RPPS | 0 0 0  0 0 0  0 0 0  0 0 0  0 0 0  0 0 0  0 0 0  0 0 0  2.928 2.626 3.380 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 0 | 0 | 0 |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 16.197 | 26.323 | 36.454 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

[MLDO](http://www.conam.com.br) tabela 6 - Conam LTDA - www.conam.com.br

**Fonte e Notas Explicativas**

[MLDO](http://www.conam.com.br) tabela 6 - Conam LTDA - www.conam.com.br

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea a) R$ milhares

)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Exercicio | Receitas previdenciarias (a) | Despesas previdenciarias (b) | Resultado Previdenciario (c)=(a - b) | Saldo financeiro do exercicio  (d)=(d ex.ant.)+(c |
| 2012 | --------- | --------- | --------- | 36.454 |
| 2013 | 7.566 | 8.355 | -789 | 35.665 |
| 2014 | 8.162 | 9.247 | -1.085 | 34.580 |
| 2015 | 8.815 | 10.134 | -1.319 | 33.261 |
| 2016 | 9.522 | 11.214 | -1.692 | 31.569 |
| 2017 | 10.269 | 12.768 | -2.499 | 29.070 |
| 2018 | 11.045 | 14.322 | -3.277 | 25.793 |
| 2019 | 11.860 | 15.817 | -3.957 | 21.836 |
| 2020 | 12.759 | 17.059 | -4.300 | 17.536 |
| 2021 | 13.711 | 18.696 | -4.985 | 12.551 |
| 2022 | 14.655 | 19.607 | -4.952 | 7.599 |
| 2023 | 15.598 | 21.034 | -5.436 | 2.163 |
| 2024 | 16.537 | 22.078 | -5.541 | -3.378 |
| 2025 | 17.493 | 22.780 | -5.287 | -8.665 |
| 2026 | 18.466 | 23.848 | -5.382 | -14.047 |
| 2027 | 19.453 | 24.700 | -5.247 | -19.294 |
| 2028 | 20.470 | 25.289 | -4.819 | -24.113 |
| 2029 | 21.434 | 28.925 | -7.491 | -31.604 |
| 2030 | 22.323 | 30.180 | -7.857 | -39.461 |
| 2031 | 23.186 | 32.012 | -8.826 | -48.287 |
| 2032 | 24.015 | 33.513 | -9.498 | -57.785 |
| 2033 | 24.831 | 34.570 | -9.739 | -67.524 |
| 2034 | 25.656 | 35.325 | -9.669 | -77.193 |
| 2035 | 26.502 | 36.013 | -9.511 | -86.704 |
| 2036 | 27.371 | 36.716 | -9.345 | -96.049 |
| 2037 | 28.265 | 37.393 | -9.128 | -105.177 |
| 2038 | 29.188 | 38.045 | -8.857 | -114.034 |
| 2039 | 30.149 | 38.477 | -8.328 | -122.362 |
| 2040 | 31.150 | 39.102 | -7.952 | -130.314 |
| 2041 | 32.195 | 39.528 | -7.333 | -137.647 |
| 2042 | 33.295 | 39.912 | -6.617 | -144.264 |
| 2043 | 34.454 | 40.216 | -5.762 | -150.026 |
| 2044 | 35.687 | 40.324 | -4.637 | -154.663 |
| 2045 | 37.000 | 40.552 | -3.552 | -158.215 |
| 2046 | 38.398 | 40.624 | -2.226 | -160.441 |
| 2047 | 39.391 | 40.522 | -1.131 | -161.572 |
| 2048 | 39.955 | 40.463 | -508 | -162.080 |
| 2049 | 40.534 | 41.304 | -770 | -162.850 |
| 2050 | 41.104 | 42.158 | -1.054 | -163.904 |
| 2051 | 41.664 | 43.024 | -1.360 | -165.264 |
| 2052 | 42.210 | 43.903 | -1.693 | -166.957 |
| 2053 | 42.744 | 44.795 | -2.051 | -169.008 |
| 2054 | 43.261 | 45.701 | -2.440 | -171.448 |

[MLDO](http://www.conam.com.br) tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea a) R$ milhares

)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Exercicio | Receitas previdenciarias (a) | Despesas previdenciarias (b) | Resultado Previdenciario (c)=(a - b) | Saldo financeiro do exercicio  (d)=(d ex.ant.)+(c |
| 2055 | 43.762 | 46.620 | -2.858 | -174.306 |
| 2056 | 44.244 | 47.553 | -3.309 | -177.615 |
| 2057 | 44.705 | 48.501 | -3.796 | -181.411 |
| 2058 | 45.144 | 49.463 | -4.319 | -185.730 |
| 2059 | 45.557 | 50.440 | -4.883 | -190.613 |
| 2060 | 45.943 | 51.433 | -5.490 | -196.103 |
| 2061 | 46.300 | 52.441 | -6.141 | -202.244 |
| 2062 | 46.624 | 53.464 | -6.840 | -209.084 |
| 2063 | 46.913 | 54.504 | -7.591 | -216.675 |
| 2064 | 47.164 | 55.560 | -8.396 | -225.071 |
| 2065 | 47.373 | 56.633 | -9.260 | -234.331 |
| 2066 | 47.538 | 57.723 | -10.185 | -244.516 |
| 2067 | 47.653 | 58.831 | -11.178 | -255.694 |
| 2068 | 47.717 | 59.957 | -12.240 | -267.934 |
| 2069 | 47.724 | 61.100 | -13.376 | -281.310 |
| 2070 | 47.669 | 62.262 | -14.593 | -295.903 |
| 2071 | 47.549 | 63.444 | -15.895 | -311.798 |
| 2072 | 47.359 | 64.644 | -17.285 | -329.083 |
| 2073 | 47.092 | 65.865 | -18.773 | -347.856 |
| 2074 | 46.744 | 67.105 | -20.361 | -368.217 |
| 2075 | 46.307 | 68.366 | -22.059 | -390.276 |
| 2076 | 45.777 | 69.648 | -23.871 | -414.147 |
| 2077 | 45.145 | 70.951 | -25.806 | -439.953 |
| 2078 | 44.405 | 72.276 | -27.871 | -467.824 |
| 2079 | 43.549 | 73.624 | -30.075 | -497.899 |
| 2080 | 42.569 | 74.994 | -32.425 | -530.324 |
| 2081 | 41.455 | 76.387 | -34.932 | -565.256 |
| 2082 | 40.200 | 77.804 | -37.604 | -602.860 |
| 2083 | 38.791 | 79.245 | -40.454 | -643.314 |
| 2084 | 37.221 | 80.711 | -43.490 | -686.804 |
| 2085 | 35.476 | 82.201 | -46.725 | -733.529 |
| 2086 | 33.545 | 83.718 | -50.173 | -783.702 |
| 2087 | 31.416 | 85.260 | -53.844 | -837.546 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-04-2013 e hora de emissão 11:04

[MLDO](http://www.conam.com.br) tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alinea a) R$ milhares

**Fonte e Notas Explicativas**

Serv.Assist.Func.Serv.Munic. Bebedouro - SASEMB: Fonte: Avaliação Atuarial - Dezembro/2012

[MLDO](http://www.conam.com.br) tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

**Município de BEBEDOURO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**

2014

R$ milhares

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Tributo | Modalidade | Setores / Programas / Beneficiário | Renúncia de receita prevista | | | Compensação |
| 2014 | 2015 | 2016 |
| IPTU e Dívida Ativa | Remissão | Pequenos débitos | 103 | 108 | 113 | Aumento do Valor da planta genérica |
| IPTU e Dívida Ativa | Isenção | Morada Econômica | 22 | 23 | 24 | Crescimento vegetativo do IPTU |
| IPTU | Anistia | Aposentados | 176 | 185 | 194 | Aumento do valor da Planta Genérica |
| Dívida Ativa | Anistia | Refis | 63 | 66 | 69 | Melhoria na arrecadação da Dívida |
| Serviços Educacionais | Desconto Pontualidade | Alunos pontuais | 455 | 455 | 455 | Contenção de despesas |
| Serviços Educacionais | Convênios Educacionais | Alunos | 413 | 413 | 413 | Contenção de despesas |
| TOTAL | | | 1.232 | 1.250 | 1.268 | - |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-Abr-2013 e hora de emissão 11:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Bebedouro: As renúncias fiscais estão devidamente autorizadas em leis municipais.

[MLDO](http://www.conam.com.br) Tabela 7 - Conam LTDA - www.conam.com.br

**Município de BEBEDOURO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

2014

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ milhares

|  |  |
| --- | --- |
| EVENTOS | VALOR PREVISTO PARA 2014 |
| Aumento Permanente de Receita  (-) transferências constitucionais  (-) transferências ao Fundeb | 1.949  0  389 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 1.560 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 0 |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 1.560 |
| Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV) Impacto de Novas DOCCs  Novas DOCCs geradas por PPPs | 0  0  0 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 1.560 |

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-Abr-2013 e hora de emissão 11:04

\*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 29-Abr-2013 e hora de emissão 11:04

**Fontes e notas explicativas:**

Prefeitura Municipal de Bebedouro: O aumento permanente de receita está evidenciado no crescimento das

Transferências Constitucionais.

Serv.Assist.Func.Serv.Munic. Bebedouro - SASEMB: Não há lançamentos para o período

MLDO tabela 8 - Conam LTDA - [www.conam.com.br](http://www.conam.com.br)